

A TROYA NEGRA DE NINA RODRIGUES: O QUILOMBO DOS PALMARES, UM ESPAÇO DO RACISMO CIENTÍFICO

Thyago Ruzemberg Gonzaga de Souza • Graduado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), professor do Ensino Básico, mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da UFRN. E-mail: thyagoruzemberg12@yahoo.com.br

Envio em: Abril de 2013

Aceite em: Junho de 2013

RESUMO: O problema do “Negro” tornou-se uma questão emblemática na sociedade brasileira no final do século XIX, sendo contemplada por poucos autores, mas movimentando uma literatura que reivindicava o caráter científico para si. Este artigo tem como objetivo analisar a reinvenção da espacialidade do Quilombo de Palmares nas produções de um *homem de ciencia*, Raimundo Nina Rodrigues. O autor inovou a historiografia sobre Palmares, não apenas por contemplar boa parte das discussões feitas por autores anteriores que ainda se encontravam muito dispersas e fragmentadas, mas principalmente por sua contribuição por colocar no centro da composição de Palmares o “problema do negro”. Construiu um Palmares pensado a partir de uma racionalidade raciológica e o caracterizou como espaço banto, dando novos significados a esse espaço.

Palavras chaves: Palmares. Racismo Científico. Nina Rodrigues.

TROYA NEGRA DEL NINA RODRIGUES: O QUILOMBO DE LOS PALMARES UM ESPACIO DEL RACISMO CIENTÍFICO

Resumen: El problema del “Negro” se convirtió en una cuestión simbólica en la sociedad brasileña en el siglo XIX, está dirigida por unos pocos autores, pero mover una literatura que reclamaba para sí el carácter científico. Este artículo tiene como objetivo analizar la reinención de la espacialidad del Quilombo de los Palmares en las producciones de un *hombre ciencia*, *Nina Rodrigues*. El autor ha innovado en la historiografía de Palmares, no sólo para contemplar buena parte de los debates realizados por los autores anteriores que estaban todavía muy dispersos y fragmentados, pero principalmente por su contribución al colocar el centro de la composición de la Palmares “problema de los negros”. Construido a Palmares pensado desde una racionalidad raciológica y caracterizado como el espacio Bantu, dando un nuevo significado a ese espacio.

Palabras clave: Palmares. Racismo Científico. Nina Rodrigues.

1. INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XIX, a identidade do Brasil como nação foi debatida em meios intelectuais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e ampliada com os debates sobre a abolição do trabalho escravo. Com o advento da República, temáticas como a “raça brasileira” ou as diversas “raças” que compõem o mosaico brasileiro ganharam importância nessas discussões. Na primeira metade do século XX, principalmente na década de 1920, foi intensificada a produção e a problematização da identidade nacional. Com isso, a singularidade da cultura brasileira e da cultura afro-brasileira foi problematizada em diversos campos artísticos, intelectuais e científicos. O desfecho disso seria uma visão hegemônica que sairia da esfera intelectual e entraria na política durante o governo de Getúlio Vargas, estabelecendo no centro dessa produção a ideologia da “democracia racial”. Segundo Antônio Alfredo Guimarães (1999) seria o mito fundador de uma “nova nacionalidade”.

Palmares ganhou visibilidade como símbolo da cultura afro-brasileira na primeira metade do século XX, tomando novos significados. O espaço palmarino é, sobretudo, produzido de acordo com os debates contemporâneos em virtude de uma nova racionalidade constituidora da raça negra e da cultura afro-brasileira. Essa cultura foi pensada por diversos autores. Vale destacar aqui três deles: Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Edison Carneiro.

No presente texto, será analisada a produção de Raimundo Nina Rodrigues sobre Palmares. Conforme alguns autores que analisaram a tradição historiográfica sobre Palmares, o escrito de Nina Rodrigues foi o marco inicial de uma nova visão sobre o Quilombo no século XX. (FUNARI; CARVALHO, 2005; GOMES, 2005; REIS, 2004) De acordo com essa perspectiva, ele foi o autor que transformou a historiografia sobre esse tema, no início do século passado. A maioria dos autores que produziram posteriormente a teve que dialogar com sua obra. Antes dos escritos de Nina Rodrigues não existiam trabalhos que explicassem, de maneira aprofundada, como eram os mocambos. Os escritos que mencionavam algo sobre a organização interna desses espaços eram sempre curtos. Até o século XVIII, as narrativas históricas sobre Palmares se dedicavam às guerras impostas pelos colonizadores batavos ou portugueses. E durante o século XIX, a historiografia narrou o heroísmo dos que teriam derrotado o Quilombo, principalmente o grupo do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho. Os historiadores Jean Marcel C. França e Ricardo Alexandre Ferreira (2012, p. 92) afirmaram acertadamente a grande novidade do ensaio de Rodrigues, esse teria feito “de Palmares um problema a ser discutido pelos estudiosos brasileiros, uma questão importante para entender o papel do negro na sociedade de então e o porquê da in-

capacidade de tal sociedade em avançar rumo à dita civilização.” Esses fatos demonstram a importância dele para uma nova construção sobre o Quilombo.

Mas a sua importância extrapola os limites da escrita da história de Palmares. Autores importantes da antropologia e etnologia no início do século XX foram vinculados a Rodrigues, esse é o caso de Arthur Ramos e Edison Carneiro, considerados herdeiros intelectuais e, sobretudo, reivindicantes dessa herança por fazerem parte da “Escola Baiana de Antropologia”. Também batizada como “Escola Nina Rodrigues” por Arthur Ramos e Afrânio Peixoto, os dois médicos ligados ao Instituto Nina Rodrigues de medicina legal. Essa “Escola” é uma vinculação simbólica com o trabalho de Raimundo Nina Rodrigues por um grupo de pesquisadores, em sua maioria médicos e baianos, nas décadas de 1920 a 1940, que pesquisavam as temáticas da Cultura Negra, Psicologia Social e Medicina Legal. Segundo Mariza Corrêa (2001, p. 223) a “Escola” serviu como fator aglutinador de um olhar e compreensão do “problema do negro” e de suas implicações sociais para a sociedade brasileira, estabeleceu uma rede de diálogos entre seus membros, no entanto não tinha a unidade pretendida por alguns, ficando somente na “vontade de origem” ou “vinculação retórica” que os ligavam a Nina Rodrigues. Portanto, é impossível compreender a construção de Palmares no século XX sem compreender antes o espaço de Palmares produzido na obra de Raimundo Nina Rodrigues.

À semelhança do que ocorreria tempos depois, a obra de Nina Rodrigues também estava inserida na preocupação da construção ou “compreensão” – era assim que ele e os outros autores da época entendiam a sua operação – da nação e da nacionalidade. Muito embora o elemento de debate fosse outro, as produções desde o final da década de 1870 a 1910 destinavam a sua preocupação com a composição racial da nacionalidade brasileira. Para compreender sob que racionalidade Nina Rodrigues produziu Palmares, serão considerados três fundamentos metodológicos da “operação historiográfica” de Michel de Certeau (2006) para analisar o texto: o *lugar de fala*, o *autor* e a *escrita*.

Para analisar a obra de Rodrigues, deve-se partir da premissa de que esse pensador faz parte de uma tradição intelectual da segunda metade do século XIX que problematiza o papel do negro na sociedade brasileira. Desde a década de 1870, houve um grupo de pensadores traduzindo ideias provenientes da Europa, cujo evolucionismo social e o racismo científico eram as teorias predominantes, produzindo conhecimento sobre o Outro da sociedade - o Negro – estabelecendo um antagonismo que predominou no imaginário da composição da sociedade brasileira, Branco e Negro. Levando em consideração essas características na obra do autor, é de grande auxílio ao presente texto o trabalho do crítico literário Edward Said, que analisou a produção do espaço “Oriente” pela literatura do Ocidente, operada por uma tradição intelectual denominada “orientalismo”. Em seu trabalho, desenvolveu um referencial teórico-metodológico para estudar a invenção de espaços mediante discursos e explorou o espaço construído na relação também antagonica do Eu/Outro, Ocidente/Oriente.

Na realidade, esse tipo de abordagem que estamos propondo para uma análise de história da historiografia é possível porque compreendemos o Quilombo dos Pal-

mares como um “espaço imaginativo” – ou geografia imaginativa –, construído por uma tradição historiográfica. De acordo com as reflexões de Edward Said (2007, p. 92-93), o “espaço imaginativo”, significa que determinados espaços escapam a atmosfera objetiva e adentram em significados simbólicos, ou poéticos, e determinam ou delimitam as fronteiras do Outro e conseqüentemente do Eu. Num diálogo claro com o filósofo Gaston Bachelard, Said (2007, p.93) concluiu que “o espaço adquire um sentido emocional ou mesmo racional, por uma espécie de processo poético, o mesmo pelo qual as áreas distantes vazias ou anônimas são convertidas em significados para nós”. Ainda segundo ele, esse mesmo processo ocorre quando lidamos com o tempo, é elaborada uma “história imaginativa” – ou tempo imaginativo. A geografia e a história imaginativa andam juntas na construção de espacialidades, muitas vezes elas fazem parte de uma tradição erudita que na nossa pesquisa identificamos como uma tradição historiográfica sobre o Quilombo dos Palmares, por sua vez, no final do século XIX tornou-se subordinada a uma tradição intelectual que pensava sobre o negro na sociedade brasileira.

■ 2. O PROBLEMA DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Raimundo Nina Rodrigues é filho de um senhor de terras, o Coronel Francisco Solano Rodrigues, dono do Engenho São Roque no interior da província do Maranhão. A sua mãe, Luiza Rosa Nina Rodrigues, era descendente de uma família sefardita que veio para o Brasil fugindo das perseguições aos judeus na Península Ibérica. Assim como os filhos integrantes da elite rural seus estudos básicos foram completados na capital da província, no seu caso em São Luís. Em 1882 encaminhou-se para a Faculdade de Medicina da Bahia em Salvador. Em 1885 transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em 1886 retornou à Faculdade de Medicina da Bahia. Defendeu a sua tese no Rio de Janeiro em 1887, retornando a São Luís em 1888, onde clinicou por todo esse ano já contribuindo na *Gazeta Médica da Bahia* (CORRÊA, 2005-2006, p. 130-139).

Rodrigues fez um concurso para adjunto da cadeira de Clínica Médica na Faculdade de Medicina da Bahia, cujo titular era o conselheiro José Luiz de Almeida Couto, republicano histórico, abolicionista, político de projeção nacional, seu mentor e futuro sogro (CORRÊA, 2005-2006, p.132). Nesse ponto, podemos observar um elemento importante para compreendermos os seus escritos: era filho da elite agrária que se tornou homem urbano. O ambiente urbano era caracterizado por rápidas modificações e Rodrigues viveu em duas das três maiores cidades do Brasil na época– Salvador e Rio de Janeiro; as três cidades de sua formação eram as capitais das províncias com maiores números de negros e mestiços na composição de sua população.

O fato dele ter sido um morador de Salvador, com certeza exerceu uma influência sobre a formação do seu modo de pensar. Segundo Robério S. Souza (2007, p. 83-85),

a Bahia, principalmente sua capital Salvador, chegava à primeira década do século XX na “contramão da história”. As suas características de uma cidade tradicional contrariavam os novos tempos do discurso da ordem republicana brasileira. Na visão dos letrados e visitantes contemporâneos, a imagem da Bahia, era a de um lugar que reinava aquilo que eles gostariam de deixar no passado, e conseqüentemente os impediam de se inserir na era do progresso e da civilidade.

Para as elites progressistas, tudo estava pelo avesso: o nítido atraso econômico de sua capital em relação às outras capitais e a incipiente industrialização; o projeto frustrado de branqueamento racial das elites; a memória da escravidão que se fazia presente nas ruas, no universo do trabalho, nos costumes e na cultura da grande maioria da população, composta por negros, mulatos e mestiços, nas cidades e nos campos; tudo isso constituía obstáculos à ideia de civilização daqueles tempos (SOUZA, 2007, p. 83).

De diferentes formas, as pretensões das elites progressistas foram frustradas pela realidade que se apresentava. O que se via, na capital baiana, Salvador, nos primeiros anos do regime republicano, era uma cidade negra, comercial e com constantes crises econômicas. Conforme Maria Isaura Queiroz (1989, p. 32), na conjuntura nacional, a coisa não era diferente, para os intelectuais e elites políticas, em um momento que se “redescobria a nação”, indígenas, africanos e mestiços passavam a ser entendidos como obstáculos para que o país atingisse o esplendor da civilização, como uma barreira para a formação de uma verdadeira identidade nacional.

É importante observar que o negro aparece nos discursos da elite como elemento desestabilizador da ordem social desde o século XIX. Enquanto crescia a participação econômica e social dos negros nas grandes cidades durante Império, destacada pelo historiador Sidney Chalhoub (1990), funda-se nesse momento a importância dos negros como um problema a ser estudado e discutido pelas elites. Essa importância foi intensificada após dois acontecimentos: o primeiro foi a promulgação da Lei Aurea em 1888 que legaliza o fim da escravidão; o outro foi o início da República brasileira em 1889, quando os negros e crioulos se tornaram um grupo social livre e “participativo” politicamente. Como demonstram pesquisas sobre a realidade dos afro-descendentes no pós-emancipação, publicadas no livro “Quase-cidadão” organizado por Olívia Cunha e Flávio Gomes (2007), parte desse grupo heterogêneo foi inserido na realidade agrária como trabalhadores – geralmente meeiros – disputando com os imigrantes e deram continuidade a organizações familiares nucleares, outra parte estavam as cidades relegadas a um mercado informal, submetidos à marginalidade e a políticas públicas de exclusão como as obras higienistas. O solo da liberdade era pantanoso, os ex-escravos ou “livres de cor” tornaram-se cidadãos em estado contingente, quase-cidadãos, essa liberdade não era sinônimo de igualdade.

Também é importante ressaltar que no final do período imperial aumentaram as reações violentas promovidas em muitas fazendas e engenhos do interior, reações que demonstram as tensões entre os negros e os brancos. Podemos citar as conclusões alcançadas por Célia Maria M. de Azevedo (2004, p.153-188), pesquisando a

realidade de São Paulo, percebeu que no imaginário da elite, o grande número de negros que chegava à província para trabalhar, alimentava o medo do branco dessa “onda negra”, e isso seria intensificado nas duas últimas décadas antes da abolição com o agravamento dos crimes dos negros contra os senhores brancos, das revoltas nos campos e nas cidades. No caso da Bahia, isso já viria ocorrendo muito antes, pelo menos durante todo o período imperial, portanto podemos inferir que esse “medo branco” em Salvador foi ampliado por ser a capital com maior número de negros e mestiços, e porque no período republicano esses grupos eram relegados à marginalidade social. Nina Rodrigues não deixou essa situação passar despercebida e se dedicou desde a década de 1890 na produção de textos em que analisava esses grupos e suas ações violentas. Esses textos se transformaram no livro “Coletividades Anormais”, no qual há o texto polêmico sobre Antônio Conselheiro, o líder de Canudos (RODRIGUES, 2006, p. 41-56).

O “interesse” por parte dos intelectuais sobre os negros surgiu com as transformações ocorridas depois da década de 1870. Nesse momento, começaram os primeiros ensaios e debates sobre “racismo científico” no Brasil, *pari passu* com o acirramento dos debates sobre a abolição. Consequentemente ocorreu o início das discussões sobre os papéis dos africanos e seus descendentes na nação, da mesma forma, sobre a substituição da mão-de-obra escrava negra, pela mão-de-obra livre branca e europeia.

Essa explicação está de acordo com a perspectiva do historiador brasileiro Thomas Skidmore (1976, p. 54-95) que propõe um predomínio das ideias racistas no Brasil entre os anos de 1888 a 1914. Perspectiva que foi afirmada por outros autores, como os sociólogos Renato Ortiz (2006, p. 13-35) e Sergio Costa (2006, p. 151-194). Esses autores concordam que é desde a década de 1870 que essas ideias são recepcionadas no Brasil. É importante colocar que desconsideramos que as ideias racistas tenham sido copiadas ou importadas pelos intelectuais brasileiros, como afirmou Skidmore. Acreditamos que houve uma singularidade do “racismo científico” brasileiro, como Lilia M. Schwarcz (1993, p. 18) afirmou, gerado pela incompatibilidade entre: a expectativa negativa das teorias estrangeiras sobre os mestiços; e as expectativas dos *homens de ciência* do Brasil que ao pensar a nação se depararam com a realidade de um país mestiço.

O interesse era movido por uma preocupação das elites com o lugar do negro na sociedade. Partindo de um “consenso” – do qual poucos pensadores não participaram, como Manuel Bomfim - sobre a inferioridade dos africanos e de seus descendentes e um desejo de afastar o negro do seio da sociedade. No entanto, essas elites sofreram com uma tensão gerada pela impossibilidade desse afastamento. Por isso, para as elites brasileiras tornou-se necessário pensar como o negro participou, participa ou poderia e deveria participar da formação da nação brasileira. Nina Rodrigues denominou essa preocupação como o ‘problema “O Negro” no Brasil’. Ele foi o primeiro intelectual brasileiro que realizou pesquisas científicas sobre os africanos e seus descendentes, pioneirismo reivindicado por ele no seu livro “Os africanos no Brasil”.

O olhar médico sobre as questões sociais é uma de suas maiores marcas. Em 1891 foi transferido para a cadeira de Medicina Pública, ocupada por Vigilio Damásio,

cujas ideias adotou como professor da disciplina de Medicina Legal, encabeçando a luta pela implantação do ensino prático e a nomeação dos professores como peritos da polícia. A vinculação com a Antropologia, nesse caso, não se dá por acaso, uma vez que se trata de uma área também proveniente da medicina e da biologia. Segundo Mariza Corrêa (2001), as preocupações com a raça como origem de problemas sociais e médicos e a proximidade com a antropologia, especialmente a raciologia¹, estão desde os seus primeiros textos. Porém é no livro “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil” de 1894 que a “antropologia criminal” ganha centralidade em seu pensamento. O livro é inovador por causa da sua defesa em favor de uma reorganização da lei para se adequar às condições psicológicas das raças. Nessa obra, ele dialoga diretamente com Lombroso, Ferri, Garofalo – chefes da nova escola criminalista italiana - e Alexandre Lacassagne - chefe da nova escola médico legal francesa. Essa perspectiva de médico e de precursor da Antropologia, em especial da Antropologia Criminal, estará nos textos, mesmo os de caráter histórico.

O olhar da Medicina Legal e da Antropologia criminal corrobora com a sua ideia de inferioridade da raça negra, que ele defendia com tanta convicção, pois “não é a realidade da inferioridade social dos negros que está em discussão. Ninguém se lembrou ainda de contestá-la. E tanto importaria contestar a própria evidência”(RODRIGUES, 2010, p. 289). Para Schwarcz (1993, p. 23-42), a linha de pensamento dos *homens de sciencia* brasileiros compreende a constituição da raça como transitória e remediável, através de uma concepção original dos pensadores brasileiros de conciliar o darwinismo social com as teorias poligenistas. Nina Rodrigues era singular por sua visão pessimista sobre a miscigenação, advogou que “toda mistura de espécies era sinônimo de degeneração” elas evoluiriam separadamente, de acordo com a sua capacidade e essência (SCHWARCZ, 2009, p. 38). Para a “cultura historiográfica” do período, o Negro é o Outro, no qual as suas concepções seriam impostas. Esse processo de conversão é disciplinado, é ensinado, tem suas próprias sociedades, periódicos, tradições, retórica, tudo conectado e suprido pelas normas políticas e culturais prevaletentes nos *lugares* de produção.

A produção sobre Palmares estava submetida a uma determinada “cultura historiográfica”. É preciso compreender que há uma maneira de fazer textos históricos que predominam em certos períodos e certas sociedades, para compreender a operação historiográfica, é necessário pensar a “cultura historiográfica” que é antes de tudo, um conjunto de padrões - comportamento, crenças, conhecimentos, costumes, estéticos etc. -, de tradições e valores - intelectuais, morais, espirituais, éticos – que compõem as maneiras de escrever a história por determinados grupos sociais em tempos distintos. Para isso ela é em parte fruto de um complexo de atividades, instituições e grupos sociais ligados à produção intelectual e artística. E também fruto da subjetividade dos sujeitos que escrevem a história (ALVES, 2009).

3. PALMARES: O DESVIO DA ORDEM SOCIAL

O médico escreveu apenas dois textos sobre o Quilombo de Palmares, “A Troya Negra” de 1904 e sua releitura “As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares”, que foi modificada até a sua morte em 1906, e publicada na obra póstuma “Os Africanos no Brasil” (2010) de 1933, esse livro foi organizado por Homero Pires – membro da Escola Nina Rodrigues. Ao observar a sua vasta obra, em que apenas sete textos têm caráter histórico, e dois se dedicam a Palmares, somos levados a questionar: por que Palmares é uma temática importante para Nina Rodrigues?

Quando escreveu esses textos, Nina Rodrigues já era um médico conhecido, com ampla publicação nas revistas “Gazeta Médica da Bahia” - editada por membros da Faculdade de Medicina da Bahia - e “Brazil Médico” - editada por profissionais da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No entanto, Mariza Corrêa (2001, p. 106) observa que não é possível reduzir os trabalhos dele sob a perspectiva da medicina, sobretudo quando ele envereda na análise dos negros e mestiços. Ela afirma que a obra é marcada igualmente pela criminologia, a antropologia e a psicologia.

Destacam-se nesses textos outros *lugares de fala*, o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) e o IHGB. Nina era sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e sócio correspondente de outros institutos estaduais que auxiliavam na produção da história nacional projetada pelo IHGB. Mesmo com poucas publicações nas revistas dos institutos históricos, o perfil de seus textos voltados para elas é muito distinto dos demais textos voltados para o público médico ou criminologistas. Na tradição do IHGB acerca do conhecimento sobre a população negra, vigorava uma visão evolucionista e determinista no que se refere ao potencial civilizatório da raça. Essa mesma visão predominou no IAGP. Segundo Lilia M. Schwarcz (1993, p. 116), no início do século XX, uma nova forma de entender a história se destaca: “escrever a história nacional significava tomar parte de um debate sobre os problemas do momento e das incertezas do futuro, e se inteirar dos avanços científicos”, portanto predominou um discurso determinista e científico baseado nas obras de Buckle, Darwin e Spencer.

O IHGB, desde sua fundação em 1838, faz parte de um projeto centralizador do Estado que faz pensar a história da nação, principalmente, a partir da corte ou do Rio de Janeiro (GUIMARÃES, 1988, p. 5-27). Por outro lado, o IAGP tem um projeto marcado pelo seu regionalismo – prestigiando o Norte em oposição ao Sul - ou por uma perspectiva local – centrada em Pernambuco. Isso não significa que esse projeto descarte o do IHGB, pelo contrário dialoga com ele (SCHWARCZ, 1993, p.117-124). Sobre a relação e ação de Nina Rodrigues nesses dois *lugares de fala*, é importante observar dois pontos que demonstram a importância desses na *operação historiográfica*, mas que também mostram a complexidade que é composição de um autor.

No primeiro ponto, a população negra aparece como uma preocupação dos dois institutos, principalmente no IAGP, pois esse faz parte de uma tradição de pensadores que iniciaram a reflexão na década de 1870 sobre o negro na sociedade e sobre as teorias do racismo científico, sendo Silvio Romero o principal deles. Vale salientar que no livro “Os Africanos no Brasil”, Nina Rodrigues utilizou como epígrafe um trecho da obra desse autor, no qual Romero fala da necessidade de serem feitos estudos sobre os africanos e seus descendentes e sua contribuição no Brasil. É possível entender esse ato de Nina como uma filiação a uma tradição e também como uma maneira de se afirmar como homem indicado para pensar o negro. Para evitar uma confusão, é preciso dizer que Nina Rodrigues não pode ser considerado um seguidor de Silvio Romero, já que sempre procurou demonstrar que era o único capaz de fazer uma obra científica sobre o assunto, destinando muitas críticas a Romero. Viveria uma relação de amor e ódio unilateral com esse autor, pois as críticas e elogios sempre seriam de Nina a Romero, nunca o contrário.

O segundo ponto destaca a subjetividade do autor – e a complexidade do indivíduo - que possibilita dialogar e transitar em diversos lugares de produção e nem sempre se limitando à perspectiva local, mas dialogando com outras perspectivas. Um exemplo disso está no texto “A TROYA Negra” publicado na Revista do IAGP (RIAGP), que revela a respeitabilidade já conquistada na virada do século por Rodrigues como *homem de ciencia*. Em 1904 Nina Rodrigues já era conhecido nacional e internacionalmente tendo textos sobre medicina legal, etnologia e psicologia publicados na França e em várias revistas e jornais do Brasil, principalmente: Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas, São Paulo e Maranhão.

A publicação de seu texto contrariava as conclusões dos autores que tradicionalmente publicavam na RIAGP e eram membros efetivos do IAGP, pois estes defendiam uma perspectiva local da história de Palmares. Fazia parte das produções desse veículo afirmar que o “nortista” e “pernambucano” Bernardo Vieira de Mello foi o destruidor do Quilombo de Palmares. Andressa Reis (2004, p.43-61) menciona as disputas de identidades locais que circundaram a historiografia de Palmares manifestadas nas produções das revistas do IHGB, do IAGP, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas (IAGA). Enquanto a produção dos institutos sediados no Rio de Janeiro e São Paulo afirmavam a importância do bandeirante paulista Domingos Jorge Velho como destruidor do Quilombo, o IAGP e o IAGA afirmavam que o verdadeiro responsável pela destruição foi Bernardo Vieira de Mello. Reis destaca também uma disputa entre o IAGP e o IAGA sobre a identidade de Bernardo Vieira de Mello, o primeiro instituto afirmava que ele era pernambucano e o segundo tratava-o como alagoano, evidentemente essa disputa revela a preocupação com as identidades locais que eram partes dos projetos dos institutos. Na publicação do IAGP, Rodrigues confirma a versão do IHGB e do IHGSP de que o bandeirante paulista Domingos Jorge Velho foi o destruidor do Quilombo.

Essa complexidade do sujeito/autor é agravada ao se observar que Rodrigues – um autor periférico, por produzir da Bahia - também exerce influência sobre pensadores

de instituições centrais, como o IHGB ou a Academia Brasileira de Letras. Um grande exemplo disso é a influência de sua obra sobre Euclides da Cunha. É notório também da importância da sua produção sobre o Quilombo o fato de seu texto “A Tropa Negra” ser novamente publicado em 1912, desta vez na Revista do IHGB, que no momento estava sob a presidência de Rui Barbosa.

Havia uma característica que transpassava todos os trabalhos dos *homens de ciência* desse momento, sobretudo os integrantes dessa tradição do racismo científico ligados aos institutos: a preocupação com a manutenção da ordem social. A obra de Nina também é marcada pela tentativa da “garantia da ordem social”, sua perspectiva raciológica conduzia a explicação dos problemas físicos e sociais – epidemias, crimes, alienação, charlatanismo, fetichismo etc. - dos negros e mulatos pela *degeneração* da raça, que poderia ser evitada ou pelo menos deveria ser levada em consideração pela política e pela lei (CORRÊA, 2005-2006, p.136).

Um exemplo da sua preocupação com a “garantia da ordem social” era o medo constante em ver acontecer no Brasil o que ocorreu no Haiti, que perpassa as suas obras e é lembrado por ele às autoridades que o leem, utilizando o exemplo dessa república como impossibilidade de organização do negro, mesmo os mais avançados, de alcançar a civilização *ariana* e de se adequar totalmente à organização do branco (RODRIGUES, s.d., p.118,133).

Esse medo de um “novo Haiti” teria atravessado o período imperial, nos discursos da elite escravista em debates sobre a abolição e o tráfico de escravos, e atingiu o início do período republicano. Apenas a cinco anos do fim da escravidão, em 1883, Silvio Romero publica o texto “Joaquim Nabuco e a Emancipação dos Escravos”, nele defendia a continuidade da escravidão, pois o negro era inferior, e portanto vencido na escala etnográfica. Pelo fato do negro ser incapaz, não-civilizado, sem noção de liberdade, a escravidão deveria continuar até ser superada economicamente pela implantação da mão-de-obra livre do imigrante europeu. De acordo com Azevedo (2004, p. 60), a grande preocupação de Romero era de que “o Brasil não é, não deve ser, o Haiti”.

Como Rodrigues era contemporâneo e leitor de Romero, e foi a ele que direcionou a maior parte dos seus escritos sobre os negros, principalmente desenvolvendo críticas sobre a pouca cientificidade e as conclusões de Romero. Dificilmente ele não conheceria esse texto. Fica a dúvida se foi através de Silvio Romero que o “medo do Haiti” chegou ao médico maranhense. É também provável a influência do pai de Nina Rodrigues na origem desse medo, sendo o Coronel Francisco Solano Rodrigues senhor de engenho e proprietário de escravos. Contudo o nosso argumento é mais abrangente, pois estamos mostrando que era um medo corrente nas elites brasileiras, principalmente escravistas.

Para alguém, como Nina Rodrigues, que partilhava das ideias das teorias do “racismo científico” e do “evolucionismo cultural”, o Brasil, a Bahia e Salvador não pareciam ter afastado totalmente o perigo de uma revolta dos negros e mestiços, que continuavam sendo a maioria pobre e não-proprietária. Esse medo em perder a ordem, medo do

caos no qual a origem ele entende estar no negro e mulato, possivelmente, o faz pensar o espaço de Palmares como um risco à civilização. Porém o risco não estava apenas no passado, era presente e poderia se repetir num futuro próximo. O medo da paisagem da revolução haitiana sobrepõe a sua escrita sobre Palmares, e o Quilombo é uma “paisagem do medo” (TUAN, 2005).

Utilizando o exemplo do Quilombo dos Palmares como impossibilidade de organização do negro, mesmo os mais avançados, de alcançar a civilização *ariana* e de se adequar totalmente a organização do branco (RODRIGUES, s.d., p.118-133). Esse medo em perder a ordem, é o medo do caos no qual a origem ele entende estar no negro e mulato. É a partir do medo que forma uma tensão na elocução metafórica, unindo o Haiti com a sua história de independência e revolta negra no final do século XVIII ao Quilombo ocorrido no século XVII.

Palmares parece ser um problema que Nina deveria enfrentar para que sua tese fosse comprovada. Para explicar a impossibilidade momentânea de algumas raças negras de se civilizar, ele deveria explicar o Quilombo. Aparentemente na visão de alguns autores estrangeiros do início do século XIX – Ferdinand Denis, Robert Southey e Thomas Lindley - teriam explicado Palmares por uma visão que caracteriza a sua luta por um sentimento liberal, versão repetida por alguns membros da sociedade brasileira desde o último quartel do XIX (REIS, 2004). Portanto o reduto negro era, para alguns, exemplo da possibilidade de organização aos moldes dos brancos. Opondo-se a isso, Rodrigues afirma que “acima dessa idolatria incondicional pela liberdade que pode, em sua cegueira sectária, confundir coisas distintas e descobrir intuítos liberais onde houve apenas o instinto de salvação, paira o respeito pela cultura e civilização dos povos” (RODRIGUES, 2010, p.85). O que foi ou viria a ser o maior exemplo de organização do negro na América Portuguesa, tornou-se um problema para Nina Rodrigues.

Mesmo com o conhecimento de poucas sublevações, “de algumas se tem feito grandiosas epopeias da raça negra”, dentre elas o destaque é dado a Palmares, a maior delas (RODRIGUES, 1904, p.663). Nina Rodrigues denominou Palmares de *Troya Negra*. Para entender essa espacialidade, é preciso observar essa comparação com a cidade da Frígia que aparece na *Iliada* de Homero. Primeiramente, o próprio autor referencia a origem da comparação, “*Troya Negra* chamou Oliveira Martins a Palmares e uma *Iliada* a sua historia” (RODRIGUES, 1904, p.663). O autor português lançou esse epíteto em 1876, em Lisboa, no livro “O Brasil e as colônias portuguesas”. Inferimos que não é uma mera questão estética a denominação adotada por Nina Rodrigues. Ambos partiam das mesmas premissas provenientes da raciologia, em que as raças humanas eram diferentes e obedeciam a uma hierarquia biológica e civilizacional. A ideia de Oliveira Martins obedecia a um pensamento que acreditava ser positiva a instalação dos negros em quilombos no interior da América Portuguesa, pois se estes negros voltassem à África retornariam ao nível de barbárie inicial (REIS, 2004). Observe que, nesse caso, Palmares é um espaço intermediário entre o espaço totalmente civilizado dos Estados brancos e o espaço bárbaro das demais raças, assim como Tróia, que estava

entre a civilização grega e a Ásia, sendo frequentemente pensada como bárbara pela cultura histórica do século XIX e início do XX.

Nina Rodrigues adota essa concepção inicial sobre Palmares como espaço intermediário, no entanto, ele a transforma em algo mais complexo, quando estabelece hierarquias raciais internas aos negros, distinguindo diversas raças dentro dessas escalas hierárquicas de evolução – *chamitas* africanos, negros bantos, negros sudaneses e negros *insulani*. Tornando ainda mais complexo, as raças subdividem-se em povos “que entre eles existem graus, há uma escala hierárquica de cultura e aperfeiçoamento” e sofrem “diante da necessidade de, ou civilizar-se de pronto, ou capitular na luta e concorrência que lhes movem os povos brancos, a incapacidade ou a morosidade de progredir, por parte dos negros, se tornam equivalentes na prática” (RODRIGUES, 2010, p.290). Tornando assim os negros e mulatos naturalmente inferiores aos brancos, uma vez que é impossível “conceder, pois, aos negros como em geral aos povos fracos e retardatários, lazeres e delongas para uma aquisição muito lenta e remota da sua emancipação social” (RODRIGUES, 2010, p.290). Mas também, entendendo-os como inferiores e superiores entre si:

[...] se comparam os povos Bantos aos Sudaneses, tem-se a impressão de que, através de toda a culta e sanguinária barbaria dos últimos, povos há no Sudão que atingiram a uma fase de organização, grandeza e cultura que nem foi excedida, nem talvez atingida pelos Bantos (RODRIGUES, 2010, p.297).

Na sua concepção, existia a raça hegemônica e superior como sua base e seu eixo, no caso brasileiro a raça branca ariana.

■ 4. TROYA NEGRA, UM ESTADO AFRICANO BANTO

Voltando à *Troya Negra* de Nina Rodrigues, diferentemente de Oliveira Martins e dos demais autores que se dedicaram a compreender Palmares, ele procura explicar a organização social na composição racial do quilombo. Ocorre que, devido à complexidade de sua visão raciológica, a compreensão do Quilombo como espaço intermediário acima citado, é confuso e talvez subvertido. Palmares é compreendido como um espaço da raça banto, não só porque ele identifica que em Pernambuco e na circunvizinhança o tráfico de escravo importou mais negros de origem banto, mas principalmente porque ele identificou nos relatos dos viajantes características culturais desse povo. Reconhecer os bantos como hegemônicos não é a questão, o que se coloca como problemática para se compreender a racionalidade que ele investe na reinvenção de Palmares, é perceber o que Nina Rodrigues pensa por bantos dentro dessa visão do racismo científico.

Esse grupo da África Meridional é entendido como inferior aos demais negros, caracterizados por uma “pobreza mítica”, que, segundo Rodrigues, está “perfeitamente reconhecida e demonstrada” e lhes possibilitou adotar uma “caricatura da religião cató-

lica dos colonos” (RODRIGUES, 2010, p.97, 247). Essa interpretação é corroborada pela documentação que demonstra “a existência, em Palmares, da capela e das imagens católicas encontradas na sua capital Macacos e da igreja mencionada no *Diário* de Blaser não consente dúvida a este respeito, pois foi sempre absoluta a incompatibilidade dos cultos católico e muçulmano”. (RODRIGUES, 2010, p.96) Aqui ele compreende a impossibilidade de serem sudaneses os palmarinos. Sobre os palmarinos, ele afirma que eram “negros fetichistas os que ali se congregaram, ou pelo menos os que deram organização e governo a Palmares” (RODRIGUES, 2010, p.96). O antropólogo Kabengele Munanga (2009, p.21), reconhecido especialista em negritude e na bibliografia sobre os africanos e seus descendentes no Brasil, percebeu que “Nina lança a ideia da incapacidade psíquica das ditas raças inferiores para assimilar as elevadas abstrações do monoteísmo”. Isso significa que para Rodrigues mesmo quando ocorre uma suposta adoção do catolicismo, há a persistência do fetichismo africano como expressão do sentimento religioso do negro e mestiço.

Segundo Nina Rodrigues (2010, p.101), a organização de Palmares era condizente com a capacidade intelectual do povo banto: “podemos inferir que eram as tradições da organização política e guerreira dos povos bantos a que os títulos dos seus generais e chefes repetiam de modo claro em Palmares”. Essa organização atingiu as áreas política, econômica, cultural e social. É importante percebermos que as conclusões dele sobre o fato de Palmares ser construída por bantos, baseiam-se principalmente em elementos linguísticos e na localização do Quilombo – Serra da Barriga, na capitania de Pernambuco. As conclusões sobre as organizações das comunidades africanas é fruto do diálogo com a obra do coronel A. B. Ellis, o que Munanga (2009, p.25) observou como “ignorância elementar” confiar tanto num trabalho realizado por um agente colonial em situação de violência. Por último, para caracterizar o espaço como característico da capacidade intelectual da raça negra ou banto, ele notoriamente parte da teoria raciológica, da qual já falamos.

Podemos notar que ele entende Palmares como um Estado africano, pelo menos é assim que ele apresenta nas partes iniciais dos dois textos, pois como “em geral nas cidades africanas”, a organização das “cidades de Palmares deviam ser verdadeiros agrupamentos de pequenas vilas, quarteirões ou distritos, em que raças, povos ou famílias diversas, regidas por leis e costumes diferentes, muitas vezes se associam ou confederam” (RODRIGUES, 2010, p.84). Ainda na mesma página, ele continua afirmando: “que em liberdade os negros de Palmares se organizaram em um estado em tudo equivalente aos que atualmente se encontram por toda a África ainda inculta”. No entendimento dele, a “tendência geral dos Negros é a se constituírem em pequenos grupos, tribos ou estados em que uma parcela variável de autoridade e poder cabe a cada chefe ou potentado” (RODRIGUES, 2010, p.84).

Procurando afastar a “capacidade do negro” de se organizar socialmente da disposição social da civilização branca, ele contrapõe-se às conclusões da obra de Rocha Pita que foi publicada em 1727, a ideia de que Palmares foi uma “república rústica, mas bem ordenada a seu modo” (PITA, 1724, p.474). Afirmou que o termo república só po-

deria descrever Palmares como “acepção lata de Estado, jamais como justificação da forma de governo por eles adoptada” (RODRIGUES, 1904, p.650). Acreditamos que era inimaginável para ele naquele momento histórico conceber ao negro um nível de civilização que a tão pouco tempo o Brasil havia conquistado, assim também como era inimaginável que Pita quisesse dar um carácter de governo republicano ao Quilombo, mas possivelmente a condição de *res publica*. Para Nina, o correto é compreender Palmares como uma “monarquia eletiva”, pois cada vez “que aparece um chefe de maior prestígio e felicidade na guerra ou no mando, esses pequenos estados se subordinam a um governo central despótico que se pode considerar eletivo neste sentido de tocar sempre ao que dá provas de maior valor ou astúcia” (RODRIGUES, 2010, p.85). Esse tipo de organização, segundo ele, já havia ocorrido na história dos povos negros.

Em seus textos expõe determinados aspectos ou indícios de uma nova cultura e uma nova organização em Palmares, que não se limitaria como africana ou de tradição banta e que contradiria a sua proposição, porém ele ignora esses indícios confirmando sua tese. Ele apresenta que na “cultura e polícia não consta que Palmares fosse além da ordem estabelecida na direção da defesa interna e externa de onde procederam os *Zambis*, os seus magnatas, auxiliares, mestres de campos e juizes, seus conselhos e assembleias” (RODRIGUES, 2010, p.101). Uma organização política no mínimo próxima da organização colonial, da qual os escravos fugidos e os homens livres tiveram contato, independentemente de ser na África ou na América Portuguesa. Assim também, ao descrever a economia, tornou-se impossível para ele conceber Palmares sem aspectos que fugissem às culturas de povos isolados da cultura colonial: “não consta na ordem industrial tivesse passado da aplicação agrícola e comercial, estritamente necessária à manutenção do pequeno estado” (RODRIGUES, 2010, p.101). Essa aparente contradição é submetida à racionalidade racialista² que permeia o seu trabalho e o leva a lançar mão da ideia de capacidade intelectual da raça negra e mestiça, para lidar com essa aparente contradição, como ele mesmo fala sobre essas organizações: “tudo isto em nada excede a capacidade dos povos bantos. Antes se pode afirmar que francamente voltaram eles à barbaria africana” (RODRIGUES, 2010, p.101).

Ao entender o Quilombo de Palmares como um espaço banto, ele também está definindo-o como um espaço inferior racialmente. Essa inferioridade se aplica a uma hierarquia que está além da branco-superior em oposição ao negro-inferior. Ela diz respeito à existência de hierarquias raciais e evolutivas entre as diversas raças negras. No pensamento de Rodrigues, a luta e a sublevação palmarina, que é antes de tudo a luta e a sublevação de um grupo banto, é resultado da inadequação dessas raças ao espaço da civilização branca ocidental.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Quilombo dos Palmares foi o espaço compreendido pelas culturas historiográficas das últimas décadas como parte da cultura nacional. Porém, aproximadamente um século antes, quando Rodrigues se deparou com os relatos da organização de Palmares,

percebeu aquilo como um símbolo da inferioridade que não se adequou à civilização. *Troya Negra* não teria, nesse caso, o significado “positivo” que foi colocado por Oliveira Martins como um espaço intermediário entre a barbárie e a civilização. O reduto dos negros foi um entrave, um inimigo do avanço civilizacional da nação brasileira. A proximidade com a história da civilização grega não traz a Palmares uma visão positiva do autor, ele nega a proximidade do Quilombo a uma herança da civilização. Exemplo disso é uma crítica negativa feita aos historiadores entusiastas de Palmares que comparam a atitude dos palmarinos de raptar as mulheres nos engenhos e fazendas com o feito histórico do roubo das Sabinas, “para firmar, para os Negros, neste traço acidental de fortuita aparência com os dominadores do mundo antigo, novo título de admiração” (RODRIGUES, 2010, p. 82). Vejamos a sua louvação à destruição de Palmares:

A todos os respeitos menos discutível é o serviço relevante prestado pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil (RODRIGUES, 1904, p.652).

A *Troya Negra* de Nina Rodrigues é, antes de tudo, um inimigo da civilização, uma paisagem do medo, um espaço construído pela racionalidade raciológica de inferioridade do negro banto, um espaço que ameaçava a ordem social. Palmares lembrava que o Brasil poderia ser um Haiti. Talvez seja pelo medo dessa lembrança que o termo *Troya Negra* só apareça duas vezes nos seus textos: no início, ou melhor, no título e quando é datada a derrota de Palmares, ou seja, no final - “Em 1695 estava pois, destruída a Troya Negra” (RODRIGUES, 2010, p.94. RODRIGUES, 1904, p.663).

REFERÊNCIAS

ALVES, Fabrício Gomes. Entre a Cultura Histórica e a Cultura Historiográfica: implicações, problemas e desafios para a historiografia. In: **Aedros**. Rio Grande do Sul: Departamento de História/Programa de Pós-Graduação/UFRGS, n. 5, v. 2, Jul.-Dez., 2009.

AZEVEDO, Célia Maria M. **Onda Negra e Medo Branco**: o negro no imaginário das elites século XIX. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas na escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Mariza. **Ilusões da liberdade**: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. 2.ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

_____. Raimundo Nina Rodrigues e a “garantia da ordem social”. In: **REVISTA USP**, São Paulo, n.68, p. 130-139, dezembro/fevereiro 2005-2006.

COSTA, Sérgio. **Dois Atlânticos:** teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CUNHA, Olívia Maria G. da; GOMES, Flávio dos S. **Quase-cidadãos:** histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** São Paulo: FUSP; Ed. 34, 1999.

GUIMARÃES, Manuel L. S. Nação e civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História nacional. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, n.1, 1988. p.5-27.

FRANÇA, Jean Marcel C.; FERREIRA, Ricardo Alexandre. **Três vezes Zumbi:** a construção de um herói brasileiro. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. **Palmares, ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

GOMES, Flávio. **Palmares:** escravidão e liberdade no Atlântico Sul. São Paulo: Contexto, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Negros e mestiços na obra de Nina Rodrigues. In: ALMEIDA, Adroaldo J. S. et. al. (org.). **Religião, raça e identidade:** colóquio do centenário da morte de Nina Rodrigues. São Paulo: Paulinas, 2009. V. 6. Coleção estudos da ABHR. p. 9-30.

PITA, Sebastião Rocha. **História da América Portuguesa.** Lisboa: Academia Real, 1724.

RODRIGUES, Nina. A Troya Negra: erros e lacunas da História de Palmares. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano.** Recife, v.11, n.63, p. 645-672, set., 1904.

_____. **Os africanos no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p.9. Disponível em: <<http://www.bvce.org>>

_____. **Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Guanabara, [s.d].

_____. **Coletividades anormais.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

REIS, Andressa M. B. dos. **Zumbi:** historiografia e imagens. Franca, 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual de São Paulo, 2004.

SAID, Edward W. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1970-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Nina Rodrigues e o Direito Penal: mestiçagem e criminalidade. In: SKID-MORE, Thomas. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 54-95.

SOUZA, Robério Santos. **Experiências de trabalhadores nos caminhos de ferro da Bahia**: trabalho, solidariedade e conflitos (1892-1909). 2007. f. 159. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. In: **TEMPO Social 1**. São Paulo: Edusp, 1989.

■ NOTAS

1 O termo “raciologia” que utilizamos aqui é como sinônimo de “racismo científico” que é um campo muito mais complexo e que engloba vários modelos teóricos, como: poligenismo ou monogenismo.

2 Racialista é também sinônimo de raciológica e de racialismo científico.